

F. M. SAÚDE AFOGADOS DA INGAZEIRA
ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL
 Dezembro(31/12/2021)

Exercício de 2021

1 of 16

A) QUADRO PRINCIPAL

ISOLADO:3 - F. M. SAÚDE AFOGADOS DA INGAZEIRA

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE		2.467.609,10	2.976.320,21	PASSIVO CIRCULANTE		239.441,51	543.357,59
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		1.907.149,83	2.360.794,12	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS		0,00	0,00
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL		1.907.149,83	2.360.794,12	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO		0,00	0,00
CONTA ÚNICA	F	1.907.149,83	2.360.794,12	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO		111.570,46	452.396,96
CRÉDITOS A CURTO PRAZO		0,00	0,00	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO		111.570,46	452.396,96
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO		560.459,27	615.526,09	FORNECEDORES NACIONAIS	F	107.400,46	452.201,96
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO		560.459,27	615.526,09	CONTAS A PAGAR CREDORES NACIONAIS	F	4.170,00	195,00
CRÉDITOS A RECEBER DE ENTIDADES FEDERAIS	P	560.459,27	615.526,09	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO		0,00	0,00
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO		0,00	0,00	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES		0,00	0,00
ESTOQUES		0,00	0,00	PROVISÕES A CURTO PRAZO		0,00	0,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA		0,00	0,00	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		127.871,05	90.960,63
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE		0,00	0,00	VALORES RESSTITUÍVEIS		127.871,05	90.960,63
				CONSIGNAÇÕES	F	127.871,05	90.960,63
ATIVO NÃO CIRCULANTE		10.582.749,65	9.474.739,33	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE		0,00	0,00
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		0,00	0,00	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS		0,00	0,00
INVESTIMENTOS		0,00	0,00	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO		0,00	0,00
IMOBILIZADO		10.582.749,65	9.474.739,33	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO		0,00	0,00
BENS MÓVEIS		6.101.525,12	5.010.206,89	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO		0,00	0,00
BENS DE INFORMÁTICA	P	557.018,73	450.841,20	PROVISÕES A LONGO PRAZO		0,00	0,00
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	P	330.139,13	233.646,13	DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO		0,00	0,00
VEÍCULOS	P	1.639.400,00	1.394.500,00	RESULTADO DIFERIDO		0,00	0,00
MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	P	24.422,00	5.114,00				
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	P	2.595.792,26	2.103.466,44	TOTAL PASSIVO		239.441,51	543.357,59
DEMAIS BENS MÓVEIS	P	954.753,00	822.639,12				
BENS IMÓVEIS		8.216.814,63	7.581.450,90				
BENS IMÓVEIS EM ANDAMENTO	P	4.954.363,76	4.774.759,92				
DEMAIS BENS IMÓVEIS	P	3.262.450,87	2.806.690,98				
(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS		-3.735.590,10	-3.116.918,46				
(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS	P	-2.252.577,48	-1.635.026,56				
(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA - BENS IMÓVEIS	P	-1.483.012,62	-1.481.891,90				
INTANGÍVEL		0,00	0,00				
DIFERIDO		0,00	0,00				
TOTAL		13.050.358,75	12.451.059,54				

PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		12.810.917,24	11.907.701,95
PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL		0,00	0,00
RESULTADOS ACUMULADOS		12.810.917,24	11.907.701,95
SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS		12.810.917,24	11.907.701,95
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	P	903.215,29	3.028.852,44
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	P	11.907.701,95	8.878.849,51



F. M. SAÚDE AFOGADOS DA INGAZEIRA
ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL
 Dezembro(31/12/2021)

Exercício de 2021

2 of 16

A) QUADRO PRINCIPAL

ISOLADO:3 - F. M. SAÚDE AFOGADOS DA INGAZEIRA

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
				TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO		12.810.917,24	11.907.701,95
				TOTAL		13.050.358,75	12.451.059,54

JOSÉ JOSIVALDO RUFINO DA SILVA
 CRC-PE: 021.866/O-8
 CPF.: 024.410.444-19

ARTUR BELARMINO AMORIM
 SECRETÁRIO DE SAÚDE
 Documento Assinado Digitalmente por: ALEANDRO PALMEIRA DE VASCONCELOS LEITE, JOSE JOSIVALDO RUFINO DA SILVA
 CPF.: 057.246.184-98
 Acesse em: <https://eic.ice.pe.gov.br/epd/vinculoDoc.seam?codigoDoDocumento:0c8bf73-aad-46bc-8428-99f85e65cc4e>



F. M. SAÚDE AFOGADOS DA INGAZEIRA
BALANÇO PATRIMONIAL
Dezembro(31/12/2021)

Exercício de 2021

3 of 16

B) QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO FINANCEIRO		1.907.149,83	2.360.794,12	PASSIVO FINANCEIRO (239.441,51)+RP não Proc.(239.611,01)		479.052,52	683.563,67
ATIVO PERMANENTE		11.143.208,92	10.090.265,42	PASSIVO PERMANENTE		0,00	0,00
				SALDO PATRIMONIAL		12.571.306,23	11.767.495,87

JOSÉ JOSIVALDO RUFINO DA SILVA

CRC-PE: 021.866/O-8

CPF.: 024.410.444-19

ARTUR BELARMINO AMORIM

SECRETÁRIO DE SAÚDE

CPF.: 057.246.464-98



F. M. SAÚDE AFOGADOS DA INGAZEIRA
ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL
 Dezembro(31/12/2021)

Exercício de 2021

4 of 16

C) QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO (CONTROLE)

ESPECIFICAÇÃO				ESPECIFICAÇÃO			
SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS (Contas do Grupo 811xx)	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS (Contas do Grupo 812xx)	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATOS POTENCIAIS ATIVO		0,00	0,00	ATOS POTENCIAIS PASSIVO		277.888,13	31.021,73
GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS		0,00	0,00	GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS		0,00	0,00
DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES		0,00	0,00	OBRIGAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES		0,00	0,00
DIREITOS CONTRATUAIS		0,00	0,00	OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS		277.888,13	31.021,73
OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS		0,00	0,00	OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	TOTAL		277.888,13	31.021,73

 JOSÉ JOSIVALDO RUFINO DA SILVA
 CRC-PE: 021.866/O-8
 CPF.: 024.410.444-19

 ARTUR BELARMINO AMORIM
 SECRETÁRIO DE SAÚDE
 CPF.: 057.246.464-98



F. M. SAÚDE AFOGADOS DA INGAZEIRA

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2021)

Exercício de 2021

5 of 16

NOTA EXPLICATIVA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS

AV RIO BRANCO, 296, CENTRO, AFOGADOS DA INGAZEIRA –PE

CNPJ: 11.308.823/0001-03

BALANÇO PATRIMONIAL – ANEXO XIV

(Item 09, Anexo II, da Resolução TC nº 153, de 15 de dezembro de 2021)

As presentes Notas Explicativas referem-se a pessoa Jurídica de Direito Público Interno.

1. PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) foram preparadas utilizando as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP: Estrutura Conceitual, 01 a 21), as Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (nº 1.134 a 1.137/2008), as instruções descritas no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP)- em sua 8ª edição, e a estrutura proposta no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP 2018)- Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional nº 669, de 2 de agosto de 2017 -, além do disposto na Lei nº 4.320/1964, na Lei Complementar nº 101/2000 e demais normas aplicáveis.

JOSÉ JOSIVALDO RUFINO DA SILVA

CRC-PE: 021.866/O-8

CPF.: 024.410.444-19

ARTUR BELARMINO AMORIM

SECRETÁRIO DE SAÚDE

CPF.: 057.246.464-98



F. M. SAÚDE AFOGADOS DA INGAZEIRA

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2021)

Exercício de 2021

6 of 16

NOTA EXPLICATIVA

Considerando que no Brasil ainda não houve total convergência para as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (*International Public Sector Accounting Standards – IPSAS*), as referidas normas foram utilizadas de maneira subsidiária e não foram observadas em sua integridade. Muito embora as IPSAS não possuam caráter vinculante pelas entidades municipais brasileiras, quando não há norma semelhante, ou quando a norma brasileira é mais sucinta, tais normas internacionais auxiliam na busca por uma melhor evidência dos fenômenos econômico-contábeis.

As DCASP abrangem as entidades municipais, cuja execução orçamentária e financeira da receita e despesa, seja registrada no sistema informatizado de contabilidade, da administração direta e indireta que venha integrar os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social (OFSS).

O objetivo principal das DCASP é fornecer, aos diversos usuários, informações sobre a gestão do patrimônio público municipal e prestar contas da gestão econômico-financeira realizada durante o exercício de 2021. Nas DCASP, os diversos usuários podem encontrar informações sobre a posição e mutação do patrimônio público, desempenho econômico-financeiro, execução orçamentária, fluxos de caixa, fluxos financeiros e outras informações que auxiliem na avaliação da gestão econômico-financeira do ente municipal. As estruturas e a composição das DCASP estão de acordo com as bases propostas pelas NBC TSP, no PCASP e no MCASP. Desta forma, as DCASP são compostas por: (i) Balanço Patrimonial (BP); (ii) Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP); (iii) Balanço Orçamentário (BO); (iv) Balanço Financeiro (BF); (v) Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); (vi) Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido.

1.1. Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) atribuiu à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) o papel de consolidador das contas públicas nacionais e normatizador das regras gerais dessa consolidação. Neste sentido, e de modo alinhado às orientações do Ministério da Fazenda no sentido de convergir para padrões contábeis internacionais, conforme disposto na Portaria MF nº 184/2008, a STN edita regularmente o MCASP, de observância obrigatória para todos os entes da Federação. O MCASP também se alinha às práticas contábeis dispostas nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Neste sentido, uma série de ajustes já foram realizados, conforme prazos apresentados pela Portaria STN nº 634/2013, dentre os quais se destacam a implementação do PCASP e das DCASP. Na sequência das reformas contábeis, e de modo a seguir as orientações da Portaria STN nº 634/2013, a STN editou o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP), dando continuidade ao processo de convergência da NBC TSP aos padrões internacionais.

JOSÉ JOSIVALDO RUFINO DA SILVA

CRC-PE: 021.866/O-8

CPF.: 024.410.444-19

ARTUR BELARMINO AMORIM

SECRETÁRIO DE SAÚDE

CPF.: 057.246.464-98



F. M. SAÚDE AFOGADOS DA INGAZEIRA

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2021)

Exercício de 2021

7 of 16

NOTA EXPLICATIVA

Desta forma, trouxe a Portaria STN nº 548, de 24 de setembro de 2015, as seguintes disposições:

Art. 1º Aprovar, na forma do Anexo desta Portaria, o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, definidos nos arts. 6º e 7º da Portaria STN nº 634, de 19 de novembro de 2013, cujas regras aplicáveis encontram-se no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP.

[...]

§ 4º Os entes da Federação deverão evidenciar em notas explicativas às demonstrações contábeis o estágio de adequação ao PIPCP constante do Anexo desta Portaria, sem prejuízo do efetivo cumprimento dos prazos-limite definidos.

*§ 5º Os prazos-limite estabelecidos no PIPCP constante do Anexo desta Portaria deverão ser observados, sem prejuízo dos normativos e **decisões dos Tribunais de Contas que antecipem esses prazos**(Grifo nosso).*

Cabe ainda ressaltar que, no contexto jurisdicional-legal, compete ao Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE), examinar a legalidade, legitimidade, economicidade e razoabilidade de qualquer ato administrativo de que resulte receita ou despesa. A ele também cabe verificar os atos que provoquem renúncia de receita, que é quando o ente público deixa de arrecadar os recursos que lhe cabem. Ademais, tem-se como atribuição desta corte de contas examinar a documentação apresentada pelas instituições públicas que se subordinam à sua atuação, na forma e prazos definidos na legislação.

Destarte, adunada à legislação federal, trouxe o TCE-PE a Resolução TC nº 153, de 15 de dezembro de 2021, que estabeleceu normas relativas à composição das contas dos Gestores Municipais.

Por fim, tendo em vista a não alteração, pelo TCE-PE, dos prazos originais previstos na Portaria STN nº 634/2013, adotamos como referência os prazos de implantação previstos na referida norma, de tal sorte que apresentamos o quadro evolutivo de realização dos procedimentos patrimoniais abaixo:

Portaria-STN 634/2013	Prazos para implantação portaria-STN nº 548/2015	PIPCP - evolução
I - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos, tributários ou não, por competência, e a dívida ativa, incluindo os respectivos ajustes para perdas;	Imediato (a partir de 2015)- Dívida Ativa e os respectivos ajustes para perdas.	Implantado
	A partir de 01/01/2017 - Créditos a receber (exceto tributários, previdenciários e contribuições), bem como os respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.	Implantado

JOSÉ JOSIVALDO RUFINO DA SILVA

CRC-PE: 021.866/O-8

CPF.: 024.410.444-19

ARTUR BELARMINO AMORIM

SECRETÁRIO DE SAÚDE

CPF.: 057.246.464-98



F. M. SAÚDE AFOGADOS DA INGAZEIRA

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2021)

Exercício de 2021

8 of 16

NOTA EXPLICATIVA

I - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos, tributários ou não, por competência, e a dívida ativa, incluindo os respectivos ajustes para perdas;	A partir de 01/01/2019 - Ativos contingentes	Implantado
	A partir de 01/01/2020 - Créditos tributários e de contribuições por competência (exceto créditos previdenciários); e Créditos previdenciários por competência bem como os respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigação relacionadas à repartição de receitas.	Implantado
II - Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência;	Imediato (a partir de 2015)- Provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.	Implantado
	A partir de 01/01/2016 - Obrigações com fornecedores por competência	Implantado
	A partir de 01/01/2019 - Passivos contingentes Provisões por competência e Obrigações por competência (empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias).	Implantado

JOSÉ JOSIVALDO RUFINO DA SILVA

CRC-PE: 021.866/O-8

CPF.: 024.410.444-19

ARTUR BELARMINO AMORIM

SECRETÁRIO DE SAÚDE

CPF.: 057.246.464-98



F. M. SAÚDE AFOGADOS DA INGAZEIRA

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2021)

Exercício de 2021

9 of 16

NOTA EXPLICATIVA

III - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis;	A partir de 01/01/2019 - Bens móveis e imóveis (exceto patrimônio cultural e infraestrutura); respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).	Implantado
	A partir de 01/01/2020 – Softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.	Implantado
IV - Registro de fenômenos econômicos, resultantes ou independentes da execução orçamentária, tais como depreciação, amortização, exaustão;	A partir de 01/01/2019 - Depreciação e exaustão dos bens móveis e imóveis (exceto patrimônio cultural e infraestrutura.	Implantado

1.2. Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da entidade municipal, tendo em consideração as opções e as premissas do modelo proposto pelo PCASP.

JOSÉ JOSIVALDO RUFINO DA SILVA

CRC-PE: 021.866/O-8

CPF.: 024.410.444-19

ARTUR BELARMINO AMORIM

SECRETÁRIO DE SAÚDE

CPF.: 057.246.464-98



F. M. SAÚDE AFOGADOS DA INGAZEIRA

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2021)

Exercício de 2021

10 of 16

NOTA EXPLICATIVA

A moeda funcional municipal é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

A única exceção se refere aos saldos iniciais de Caixa e Equivalentes de Caixa, no BF e na DFC, que utilizam a taxa vigente no dia 31 de dezembro do exercício anterior.

Destaca-se que, devido à variação cambial, a fase da execução da despesa orçamentária poderá apresentar valores maiores que a dotação atualizada da despesa orçamentária, apresentando uma aparente desconformidade.

1.2.1 Ativo

Ativo é um recurso controlado no presente pela entidade como resultado de evento passado. Recurso é um item com potencial de serviços ou com a capacidade de gerar benefícios econômicos. A forma física não é uma condição necessária para um recurso. Os benefícios econômicos correspondem a entradas de caixa ou a reduções das saídas de caixa. As entradas de caixa (ou as reduções das saídas de caixa) podem derivar, por exemplo, da utilização do ativo na produção e na venda de serviços ou da troca direta do ativo por caixa ou por outros recursos. O potencial de serviços é a capacidade de prestar serviços que contribuam para alcançar os objetivos da entidade. O potencial de serviços possibilita a entidade alcançar os seus objetivos sem, necessariamente, gerar entrada líquida de caixa, como, por exemplo, ativos do patrimônio cultural, de defesa nacional, entre outros.

1.2.1.1 Ativo Circulante e Não Circulante

O ativo deve ser classificado como circulante quando satisfizer a qualquer dos seguintes critérios: (a) espera-se que esse ativo seja realizado, ou pretende-se que seja mantido com a finalidade de ser vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade; (b) o ativo está mantido essencialmente com a finalidade de ser negociado; (c) espera-se que o ativo seja realizado em até doze meses após a data das demonstrações contábeis; ou (d) o ativo seja caixa ou equivalente de caixa (conforme definido na NBC TSP 12), a menos que sua troca ou uso para pagamento de passivo se encontre vedada durante pelo menos doze meses após a data das demonstrações con.

JOSÉ JOSIVALDO RUFINO DA SILVA

CRC-PE: 021.866/O-8

CPF.: 024.410.444-19

ARTUR BELARMINO AMORIM

SECRETÁRIO DE SAÚDE

CPF.: 057.246.464-98



F. M. SAÚDE AFOGADOS DA INGAZEIRA

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2021)

Exercício de 2021

11 of 16

NOTA EXPLICATIVA

Sendo assim, os ativos circulantes incluem ativos (tais como impostos a receber, taxas sobre os usuários a receber, multas e tarifas regulatórias a receber, estoques e receitas de investimentos reconhecidas pelo regime de competência e ainda não recebidas) que são vendidos, consumidos ou realizados como parte do ciclo operacional normal, mesmo quando não se espera que sejam realizados no período de até doze meses após a data das demonstrações contábeis. Os demais ativos devem ser classificados como não circulantes.

1.2.1.2 Ativo Financeiro e Permanente

No Balanço Patrimonial, o ativo é classificado em ativo financeiro e ativo permanente (não financeiro) conforme o art. 105 da Lei nº 4.320/1964:

“§1º O Ativo Financeiro compreenderá os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numéricos.

§2º O Ativo Permanente compreenderá os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.

O uso dos atributos Financeiro (F) e Permanente (P) é descrito na Parte IV – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) deste Manual. Dessa forma, permanece a correlação conceitual de ativos financeiros e permanentes com aspectos legais definidos na Lei nº 4.320/64.

1.2.1.1.1 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem todo dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis. As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor justo, atualizadas até a data das demonstrações contábeis. As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado. Devendo, também, serem reconhecidos no ativo, os depósitos caracterizados como entradas compensatórias no ativo e no passivo financeiro. São exemplos desses depósitos as cauções em dinheiro para garantia de contratos, consignações a pagar, retenção de obrigações de terceiros a recolher e outros depósitos especiais, como os para garantia de recursos.

JOSÉ JOSIVALDO RUFINO DA SILVA

CRC-PE: 021.866/O-8

CPF.: 024.410.444-19

ARTUR BELARMINO AMORIM

SECRETÁRIO DE SAÚDE

CPF.: 057.246.464-98



F. M. SAÚDE AFOGADOS DA INGAZEIRA

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2021)

Exercício de 2021

12 of 16

NOTA EXPLICATIVA

1.2.1.1.2 Imobilizado

É o item tangível que é mantido para o uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, ou para fins administrativos, inclusive os decorrentes de operações que transfiram para a entidade os benefícios, riscos e controle desses bens, cuja utilização se dará por mais de um período. O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. Os bens móveis compreendem os bens que têm existência material e que podem ser transportados por movimento próprio ou removidos por força alheia sem alteração da substância ou da destinação econômico-social. Os bens imóveis compreendem os bens vinculados ao terreno (solo) que não podem ser retirados sem destruição ou danos. Os itens do ativo imobilizado estão sujeitos à depreciação ou exaustão, cuja apuração deve ser feita mensalmente, quando o item do ativo estiver em condições de uso. A normatização dos procedimentos contábeis relativos ao ativo imobilizado foi elaborada em consonância com a Norma Brasileira de Contabilidade (NBC TSP) – 07 – Ativo Imobilizado.

1.2.2 Passivo

Passivo é uma obrigação presente, derivada de evento passado, cuja extinção deva resultar na saída de recursos da entidade. Obrigação presente é aquela que ocorre por força de lei (obrigação legal ou obrigação legalmente vinculada) ou não (obrigação não legalmente vinculada), a qual não possa ser evitada pela entidade. Um passivo deve envolver uma saída de recursos da entidade para ser extinto. Além disso, a obrigação presente surge como resultado de um evento passado e necessite da saída de recursos da entidade para ser extinta. A obrigação que pode ser extinta sem a saída de recursos da entidade não é um passivo. Assim, tais compromissos e obrigações, inclusive aqueles que não possam ser evitados pela entidade, mas que não ocorrem por força de lei (obrigações não legalmente vinculadas), são obrigações presentes e satisfazem a definição de passivo.

1.2.2.1 Passivos circulantes e não circulantes

As obrigações do ente municipal, obedecendo ao regime de competência, são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. O passivo deve ser classificado como circulante quando satisfizer a qualquer dos seguintes critérios: (a) espera-se que o passivo seja exigido durante o ciclo operacional normal da entidade; (b) o passivo está mantido

JOSÉ JOSIVALDO RUFINO DA SILVA

CRC-PE: 021.866/O-8

CPF.: 024.410.444-19

ARTUR BELARMINO AMORIM

SECRETÁRIO DE SAÚDE

CPF.: 057.246.464-98



F. M. SAÚDE AFOGADOS DA INGAZEIRA

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2021)

Exercício de 2021

13 of 16

NOTA EXPLICATIVA

essencialmente para a finalidade de ser negociado; (c) o passivo deve ser exigido no período de até doze meses após a data das demonstrações contábeis; ou (d) a entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço. Os termos de passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não devem afetar a sua classificação. Os demais passivos devem ser classificados como não circulantes.

1.2.2.2 Passivo Financeiro e Permanente

A classificação do ativo e do passivo em financeiro e permanente permite a apuração do superávit financeiro no Balanço Patrimonial (BP) de acordo com a Lei nº 4.320/1964, que assim dispõe:

Art. 43 [...]

§ 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas.

Art. 105 [...]

§ 3º O Passivo Financeiro compreenderá as dívidas fundadas e outras cujo pagamento independa de autorização orçamentária.

§ 4º O Passivo Permanente compreenderá as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

Os passivos que dependam de autorização orçamentária para amortização ou resgate integram o passivo permanente. Após o empenho, considera-se efetivada a autorização orçamentária (enfoque orçamentário), e os passivos passam a integrar o passivo financeiro.

Conforme o MCASP, também devem ser reconhecidos como passivos os depósitos caracterizados como entradas compensatórias, como, por exemplo, as cauções em dinheiro recebidas para garantias de contratos, as consignações a pagar, a retenção de obrigações de terceiros a recolher e outros depósitos com finalidades especiais, pois se caracterizam como obrigações para com terceiros.

1.2.2.1.1 Demais obrigações a curto prazo

JOSÉ JOSIVALDO RUFINO DA SILVA

CRC-PE: 021.866/O-8

CPF.: 024.410.444-19

ARTUR BELARMINO AMORIM

SECRETÁRIO DE SAÚDE

CPF.: 057.246.464-98



F. M. SAÚDE AFOGADOS DA INGAZEIRA

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2021)

Exercício de 2021

14 of 16

NOTA EXPLICATIVA

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros não incluídas nos subgrupos anteriores, com vencimento no curto prazo, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, vencimento curto prazo.

1.2.2.1.2 Valores restituíveis

Compreende os valores de terceiros ou retenções em nome deles (consignações), quando a entidade do setor público for fiel depositária, exigíveis no curto prazo.

1.3. Conformidade Contábil das Demonstrações Contábeis Consolidadas

A conformidade contábil das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público é realizada mensalmente pela contabilidade, de forma a dar robustez e consistência às informações geradas, em de acordo com a legislação, regramentos orçamentários ou com os pronunciamentos de outro órgão ou entidade que regulamente a utilização dos recursos públicos. Este é um processo que visa assegurar a fidelidade e a confiabilidade dos dados constantes nos DCASP, além de permitir a sinalização de situações que possam causar viés nos valores evidenciados.

2. PRINCIPAIS ITENS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO

2.1 Caixa e Equivalentes de Caixa

A conta Caixa e Equivalentes de Caixa apresentou os bens numerários em moeda nacional depositados em conta única do ente municipal. Dessa forma, pode-se observar cerca de R\$ 1,9 milhões, na conta única, o que levou um decréscimo de cerca 19,22% em relação ao exercício anterior.

2.2 Demais créditos e valores de curto prazo

Compreende os adiantamentos concedidos ao pessoal. Dessa forma, pode-se observar cerca de R\$ 560,4 mil contabilizados.

JOSÉ JOSIVALDO RUFINO DA SILVA

CRC-PE: 021.866/O-8

CPF.: 024.410.444-19

ARTUR BELARMINO AMORIM

SECRETÁRIO DE SAÚDE

CPF.: 057.246.464-98



F. M. SAÚDE AFOGADOS DA INGAZEIRA

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2021)

Exercício de 2021

15 of 16

NOTA EXPLICATIVA

2.3 Imobilizado

O Imobilizado do ente municipal é segregado em dois grupos: (i) bens móveis; e (ii) bens imóveis. Dessa forma, pode-se um acréscimo de cerca 11,69% em relação ao exercício anterior.

	Em 31/12/2021	Em 31/12/2020
IMOBILIZADO	<u>10.582.749,65</u>	<u>9474.739,33</u>
Bens Móveis	6.101.525,12	5.010.206,89
Bens Imóveis	8.216.814,63	7.581.450,90
(-) Depreciação, Exaustão e Amortização Acumulado	- 3.735.590,10	- 3.116.918,46

2.4 Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar a curto prazo

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar etc. Observa-se um valor cerca de R\$ 0,00, em 31/12/2021.

2.5 Fornecedores e Contas a pagar nacionais

JOSÉ JOSIVALDO RUFINO DA SILVA

CRC-PE: 021.866/O-8

CPF.: 024.410.444-19

ARTUR BELARMINO AMORIM

SECRETÁRIO DE SAÚDE

CPF.: 057.246.464-98



F. M. SAÚDE AFOGADOS DA INGAZEIRA

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2021)

Exercício de 2021

16 of 16

NOTA EXPLICATIVA

Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, aluguéis e todas as outras contas a pagar, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações. Observa-se um valor cerca de R\$ 111,5 mil, em 31/12/2021.

2.6 Demais Obrigações a curto prazo – Consignações

Compreende valores diversos, tais como valores retidos de RPPS, INSS, IRRF, retenções de entidades representativas de classes, retenções de empréstimos e financiamentos, e outras consignações, as quais totalizaram cerca de R\$ 127,8 mil, um acréscimo de 40,58% em relação ao ano anterior

2.7 Superávit/Déficit Financeiro

No exercício de 2021, o superavit financeiro foi de cerca de R\$ 1,4 milhões. No exercício anterior o superavit financeiro havia sido de R\$ 1,6 milhões. A posição financeira é modificada pelo resultado financeiro do exercício, que resulta dos fluxos de receitas e despesas orçamentárias. Assim, o resultado financeiro é reflexo do resultado da execução orçamentária.

JOSÉ JOSIVALDO RUFINO DA SILVA

CRC-PE: 021.866/O-8

CPF.: 024.410.444-19

ARTUR BELARMINO AMORIM

SECRETÁRIO DE SAÚDE

CPF.: 057.246.464-98



F. M. SAÚDE AFOGADOS DA INGAZEIRA
ANEXO 14A - BALANÇO PATRIMONIAL
DEMONSTRATIVO DAS CONTAS ANALITICAS DO ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO

Exercício de 2021

Dezembro(31/12/2021)

1 of 1

ISOLADO:3 - F. M. SAÚDE AFOGADOS DA INGAZEIRA

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE		1.907.149,83	2.360.794,12	PASSIVO CIRCULANTE		239.441,51	543.357,59
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		1.907.149,83	2.360.794,12	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO		111.570,46	452.396,96
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL		1.907.149,83	2.360.794,12	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO		111.570,46	452.396,96
CONTA ÚNICA		1.907.149,83	2.360.794,12	FORNECEDORES NACIONAIS		107.400,46	452.201,96
				CONTAS A PAGAR CREDORES NACIONAIS		4.170,00	195,00
TOTAL		1.907.149,83	2.360.794,12	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		127.871,05	90.960,63
				VALORES RESTITUÍVEIS		127.871,05	90.960,63
				CONSIGNAÇÕES		127.871,05	90.960,63
				EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR		239.611,01	140.206,08
				EXECUÇÃO DE RP NÃO PROCESSADOS		239.611,01	140.206,08
				RP NÃO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO		239.611,01	140.206,08
				RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR- INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO		239.611,01	140.206,08
				TOTAL		479.052,52	683.563,67

 JOSÉ JOSIVALDO RUFINO DA SILVA

CRC-PE: 021.866/O-8

CPF.: 024.410.444-19

 ARTUR BELARMINO AMORIM

SECRETÁRIO DE SAÚDE

Documento Assinado Digitalmente por: ALEANDRO PALMEIRA DE VASCONCELOS LEITE, JOSE JOSIVALDO RUFINO DA SILVA
 Acesso em: https://eicr.ce.gov.br/ep/validaDoc.sram Código do documento: 0c8b173-aad-46bc-8428-99f85e65c4e
 CPF.: 057.246.464-98



F. M. SAÚDE AFOGADOS DA INGAZEIRA
ANEXO 14B - BALANÇO PATRIMONIAL
DEMONSTRATIVO DAS CONTAS ANALITICAS DO ATIVO E PASSIVO PERMANENTE

Exercício de 2021

Dezembro(31/12/2021)

1 of 1

ISOLADO:3 - F. M. SAÚDE AFOGADOS DA INGAZEIRA

ATIVO			PASSIVO				
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE		560.459,27	615.526,09				
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO		560.459,27	615.526,09				
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO		560.459,27	615.526,09				
CRÉDITOS A RECEBER DE ENTIDADES FEDERAIS		560.459,27	615.526,09				
ATIVO NÃO CIRCULANTE		10.582.749,65	9.474.739,33				
IMOBILIZADO		10.582.749,65	9.474.739,33				
BENS MÓVEIS		6.101.525,12	5.010.206,89				
BENS DE INFORMÁTICA		557.018,73	450.841,20				
MÓVEIS E UTENSÍLIOS		330.139,13	233.646,13				
MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO		24.422,00	5.114,00				
VEÍCULOS		1.639.400,00	1.394.500,00				
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS		2.595.792,26	2.103.466,44				
DEMAIS BENS MÓVEIS		954.753,00	822.639,12				
BENS IMÓVEIS		8.216.814,63	7.581.450,90				
BENS IMÓVEIS EM ANDAMENTO		4.954.363,76	4.774.759,92				
DEMAIS BENS IMÓVEIS		3.262.450,87	2.806.690,98				
(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS		-3.735.590,10	-3.116.918,46				
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS		-2.252.577,48	-1.635.026,56				
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA - BENS IMÓVEIS		-1.483.012,62	-1.481.891,90				
TOTAL		11.143.208,92	10.090.265,42				

JOSÉ JOSIVALDO RUFINO DA SILVA

CRC-PE: 021.866/O-8

CPF.: 024.410.444-19

ARTUR BELARMINO AMORIM

SECRETÁRIO DE SAÚDE

CPF.: 057.246.464-98

Documento Assinado Digitalmente por: ALESSANDRO PALMEIRA DE VASCONCELOS LEITE, JOSE JOSIVALDO RUFINO DA SILVA
 Acesso em: https://eicce.ce.gov.br/epp/validarDoc.seam Código do documento: 0c8b173-a88d-46bc-8428-991855e65cc4e



F. M. SAÚDE AFOGADOS DA INGAZEIRA

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

D) QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro (31/12/2021)

ISOLADO:3 - F. M. SAÚDE AFOGADOS DA INGAZEIRA

Exercício de 2021

1 of 1

D) QUADRO DO SUPERAVIT / DEFICIT FINANCEIRO

DESTINAÇÃO DE RECURSOS (Contas 82111XXXX)	Nota	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO	
		ATUAL	EXERC. ANTERIOR
00 RECURSOS ORDINARIOS (ORDINÁRIO)		1.428.097,31	1.677.230,45
310 SAÚDE-GERAL		1.428.097,31	1.677.230,45
TOTAL		1.428.097,31	1.677.230,45

JOSÉ JOSIVALDO RUFINO DA SILVA

CRC-PE: 021.866/O-8

CPF.: 024.410.444-19

ARTUR BELARMINO AMORIM

SECRETÁRIO DE SAÚDE

CPF.: 057.246.464-98

Documento Assinado Digitalmente por: ALESSANDRO PALMEIRA DE VASCONCELOS LEITE, JOSE JOSIVALDO RUFINO DA SILVA
Acesse em: <https://eic.ice.pe.gov.br/epp/validadaDoc.seam> Código do documento: 0e8bf73-a8d-46bc-8428-99f85e65cc4e



FUNDO MUN. DE EDUCAÇÃO DE AFOGADOS

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2021)

Exercício de 2021

1 of 16

ISOLADO:6 - FUNDO MUL. DE EDUCAÇÃO DE AFOGADOS DA INGAZEIRA

A) QUADRO PRINCIPAL

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE		7.178.677,25	4.196.547,58	PASSIVO CIRCULANTE		4.487.580,13	2.138.014,30
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		3.778.307,40	796.177,73	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS		146,66	103.275,60
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL		3.778.307,40	796.177,73	PESSOAL A PAGAR		146,66	1.561,00
CONTA ÚNICA	F	3.778.307,40	796.177,73	PESSOAL A PAGAR	F	146,66	1.561,00
CRÉDITOS A CURTO PRAZO		0,00	0,00	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR		0,00	101.714,60
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO		3.400.369,85	3.400.369,85	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR	F	0,00	101.714,60
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO		3.400.369,85	3.400.369,85	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO		0,00	0,00
CRÉDITOS A RECEBER DE ENTIDADES ESTADUAIS, DISTRIAIS E MUNICIPAIS	P	3.400.369,85	3.400.369,85	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO		229.750,68	50.489,21
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO		0,00	0,00	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO		229.750,68	50.489,21
ESTOQUES		0,00	0,00	FORNECEDORES NACIONAIS	F	229.750,68	50.489,21
ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA		0,00	0,00	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO		0,00	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE		0,00	0,00	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES		0,00	0,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE		19.618.827,93	15.632.183,74	PROVISÕES A CURTO PRAZO		0,00	0,00
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		0,00	0,00	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		4.257.682,79	1.984.249,49
INVESTIMENTOS		0,00	0,00	VALORES RESTITUÍVEIS		4.257.682,79	1.984.249,49
IMOBILIZADO		19.618.827,93	15.632.183,74	CONSIGNAÇÕES	F	4.257.682,79	1.984.249,49
BENS MÓVEIS		11.993.426,12	8.244.893,77	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE		0,00	0,00
MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	P	5.560,00	5.560,00	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS		0,00	0,00
BENS DE INFORMÁTICA	P	2.818.538,00	46.690,00	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO		0,00	0,00
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	P	2.064.652,41	1.669.239,92	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO		0,00	0,00
VEÍCULOS	P	1.943.480,00	1.555.490,00	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO		0,00	0,00
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	P	2.484.965,76	2.288.643,90	PROVISÕES A LONGO PRAZO		0,00	0,00
DEMAIS BENS MÓVEIS	P	2.676.229,95	2.679.269,95	DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO		0,00	0,00
BENS IMÓVEIS		12.494.093,25	11.021.574,01	RESULTADO DIFERIDO		0,00	0,00
BENS DE USO COMUM DO POVO	P	70,00	70,00	TOTAL PASSIVO		4.487.580,13	2.138.014,30
INSTALAÇÕES	P	2.403.531,09	1.245.026,59				
BENS IMÓVEIS EM ANDAMENTO	P	5.940.838,70	5.626.723,96				
DEMAIS BENS IMÓVEIS	P	4.149.653,46	4.149.753,46				
(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS		-4.868.691,44	-3.634.284,04				
(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS	P	-2.353.116,01	-1.118.608,61				
(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA - BENS IMÓVEIS	P	-2.515.575,43	-2.515.675,43				
INTANGÍVEL		0,00	0,00				
DIFERIDO		0,00	0,00				
TOTAL		26.797.505,18	19.828.731,32				

PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		22.309.925,05	17.690.717,02
PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL		0,00	0,00
RESULTADOS ACUMULADOS		22.309.925,05	17.690.717,02



FUNDO MUN. DE EDUCAÇÃO DE AFOGADOS
ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL
 Dezembro(31/12/2021)

Exercício de 2021

2 of 16

A) QUADRO PRINCIPAL

ISOLADO:6 - FUNDO MUL. DE EDUCAÇÃO DE AFOGADOS DA INGAZEIRA

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
				SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS		22.309.925,05	17.690.717,02
				SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	P	4.619.208,03	4.906.263,16
				SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	P	17.690.717,02	12.784.453,86
				TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO		22.309.925,05	17.690.717,02
				TOTAL		26.797.505,18	19.828.731,32

JOSÉ JOSIVALDO RUFINO DA SILVA
 CRC-PE: 021.866/O-8
 CPF.: 024.410.444-19

WIVIANNE FONSECA DA SILVA ALMEIDA
 SEC. DE EDUCAÇÃO
 Documento Assinado Digitalmente por: ALEXANDRO PALMEIRA DE VASCONCELOS LEITE, JOSE JOSIVALDO RUFINO DA SILVA
 Acesso em: https://eicr.ce.gov.br/ep/validarDoc.html?Codigo do documento: 0c8b173-a8d-46bc-8428-99f85e65cc4e



FUNDO MUN. DE EDUCAÇÃO DE AFOGADOS
BALANÇO PATRIMONIAL
Dezembro(31/12/2021)

Exercício de 2021

3 of 16

B) QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO FINANCEIRO		3.778.307,40	796.177,73	PASSIVO FINANCEIRO (4.487.580,13)+RP não Proc.(3.514.437,61)		8.002.017,74	5.699.753,15
ATIVO PERMANENTE		23.019.197,78	19.032.553,59	PASSIVO PERMANENTE		0,00	0,00
				SALDO PATRIMONIAL		18.795.487,44	14.128.978,17

JOSÉ JOSIVALDO RUFINO DA SILVA
CRC-PE: 021.866/O-8
CPF.: 024.410.444-19

WIVIANNE FONSECA DA SILVA ALMEIDA
SEC. DE EDUCAÇÃO
CPF.: 039.720.014-52



FUNDO MUN. DE EDUCAÇÃO DE AFOGADOS
ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL
 Dezembro(31/12/2021)

Exercício de 2021

4 of 16

C) QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO (CONTROLE)

ESPECIFICAÇÃO				ESPECIFICAÇÃO			
SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS (Contas do Grupo 811xx)	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS (Contas do Grupo 812xx)	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATOS POTENCIAIS ATIVO		0,00	0,00	ATOS POTENCIAIS PASSIVO		5.740.521,78	4.863.954,18
GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS		0,00	0,00	GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS		0,00	0,00
DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES		0,00	0,00	OBRIGAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES		0,00	0,00
DIREITOS CONTRATUAIS		0,00	0,00	OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS		5.740.521,78	4.863.954,18
OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS		0,00	0,00	OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	TOTAL		5.740.521,78	4.863.954,18

JOSÉ JOSIVALDO RUFINO DA SILVA
 CRC-PE: 021.866/O-8
 CPF.: 024.410.444-19

WIVIANNE FONSECA DA SILVA ALMEIDA
 SEC. DE EDUCAÇÃO
 CPF.: 039.720.014-52



FUNDO MUN. DE EDUCAÇÃO DE AFOGADOS

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2021)

Exercício de 2021

5 of 16

NOTA EXPLICATIVA

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE AFOGADOS DA INGAZEIRA – FMEAI

R NEWTON CESART DE MACEDO LIMA, 75, CENTRO, AFOGADOS DA INGAZEIRA-PE

CNPJ: 13.069.525/0001-25

BALANÇO PATRIMONIAL – ANEXO XIV

(Item 09, Anexo II, da Resolução TC nº 153, de 15 de dezembro de 2021)

As presentes Notas Explicativas referem-se a pessoa Jurídica de Direito Público Interno.

1. PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) foram preparadas utilizando as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP: Estrutura Conceitual, 01 a 21), as Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (nº 1.134 a 1.137/2008), as instruções descritas no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP)- em sua 8ª edição, e a estrutura proposta no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP 2018)- Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional nº 669, de 2 de agosto de 2017 -, além do disposto na Lei nº 4.320/1964, na Lei Complementar nº 101/2000 e demais normas aplicáveis.

Considerando que no Brasil ainda não houve total convergência para as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (*International Public Sector Accounting Standards – IPSAS*), as referidas normas foram utilizadas de maneira subsidiária e não foram observadas em sua integridade. Muito embora as IPSAS não

JOSÉ JOSIVALDO RUFINO DA SILVA

CRC-PE: 021.866/O-8

CPF.: 024.410.444-19

WIVIANNE FONSECA DA SILVA ALMEIDA

SEC. DE EDUCAÇÃO

CPF.: 039.720.014-52



FUNDO MUN. DE EDUCAÇÃO DE AFOGADOS

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2021)

Exercício de 2021

6 of 16

NOTA EXPLICATIVA

possuírem caráter vinculante pelas entidades municipais brasileiras, quando não há norma semelhante, ou quando a norma brasileira é mais sucinta, tais normas internacionais auxiliam na busca por uma melhor evidenciação dos fenômenos econômico-contábeis.

As DCASP abrangem as entidades municipais, cuja execução orçamentária e financeira da receita e despesa, seja registrada no sistema informatizado de contabilidade, da administração direta e indireta que venha integrar os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social (OFSS).

O objetivo principal das DCASP é fornecer, aos diversos usuários, informações sobre a gestão do patrimônio público municipal e prestar contas da gestão econômico-financeira realizada durante o exercício de 2021. Nas DCASP, os diversos usuários podem encontrar informações sobre a posição e mutação do patrimônio público, desempenho econômico-financeiro, execução orçamentária, fluxos de caixa, fluxos financeiros e outras informações que auxiliem na avaliação da gestão econômico-financeira do ente municipal. As estruturas e a composição das DCASP estão de acordo com as bases propostas pelas NBC TSP, no PCASP e no MCASP. Desta forma, as DCASP são compostas por: (i) Balanço Patrimonial (BP); (ii) Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP); (iii) Balanço Orçamentário (BO); (iv) Balanço Financeiro (BF); (v) Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); (vi) Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido.

1.1. Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) atribuiu à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) o papel de consolidador das contas públicas nacionais e normatizador das regras gerais dessa consolidação. Neste sentido, e de modo alinhado às orientações do Ministério da Fazenda no sentido de convergir para padrões contábeis internacionais, conforme disposto na Portaria MF nº 184/2008, a STN edita regularmente o MCASP, de observância obrigatória para todos os entes da Federação. O MCASP também se alinha às práticas contábeis dispostas nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Neste sentido, uma série de ajustes já foram realizados, conforme prazos apresentados pela Portaria STN nº 634/2013, dentre os quais se destacam a implementação do PCASP e das DCASP. Na sequência das reformas contábeis, e de modo a seguir as orientações da Portaria STN nº 634/2013, a STN editou o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPSP), dando continuidade ao processo de convergência da NBC TSP aos padrões internacionais.

Desta forma, trouxe a Portaria STN nº 548, de 24 de setembro de 2015, as seguintes disposições:

JOSÉ JOSIVALDO RUFINO DA SILVA

CRC-PE: 021.866/O-8

CPF.: 024.410.444-19

WIVIANNE FONSECA DA SILVA ALMEIDA

SEC. DE EDUCAÇÃO

CPF.: 039.720.014-52



FUNDO MUN. DE EDUCAÇÃO DE AFOGADOS

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2021)

Exercício de 2021

7 of 16

NOTA EXPLICATIVA

Art. 1º Aprovar, na forma do Anexo desta Portaria, o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, definidos nos arts. 6º e 7º da Portaria STN nº 634, de 19 de novembro de 2013, cujas regras aplicáveis encontram-se no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP.

[...]

§ 4º Os entes da Federação deverão evidenciar em notas explicativas às demonstrações contábeis o estágio de adequação ao PIPCP constante do Anexo desta Portaria, sem prejuízo do efetivo cumprimento dos prazos-limite definidos.

§ 5º Os prazos-limite estabelecidos no PIPCP constante do Anexo desta Portaria deverão ser observados, sem prejuízo dos normativos e **decisões dos Tribunais de Contas que antecipem esses prazos**(Grifo nosso).

Cabe ainda ressaltar que, no contexto jurisdicional-legal, compete ao Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE), examinar a legalidade, legitimidade, economicidade e razoabilidade de qualquer ato administrativo de que resulte receita ou despesa. A ele também cabe verificar os atos que provoquem renúncia de receita, que é quando o ente público deixa de arrecadar os recursos que lhe cabem. Ademais, tem-se como atribuição desta corte de contas examinar a documentação apresentada pelas instituições públicas que se subordinam à sua atuação, na forma e prazos definidos na legislação.

Destarte, adunada à legislação federal, trouxe o TCE-PE a Resolução TC nº 153, de 15 de dezembro de 2021, que estabeleceu normas relativas à composição das contas dos Gestores Municipais.

Por fim, tendo em vista a não alteração, pelo TCE-PE, dos prazos originais previstos na Portaria STN nº 634/2013, adotamos como referência os prazos de implantação previstos na referida norma, de tal sorte que apresentamos o quadro evolutivo de realização dos procedimentos patrimoniais abaixo:

Portaria-STN 634/2013	Prazos para implantação portaria-STN nº 548/2015	PIPCP - evolução
I - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos, tributários ou não, por competência, e a dívida ativa, incluindo os respectivos ajustes para perdas;	Imediato (a partir de 2015) - Dívida Ativa e os respectivos ajustes para perdas.	Implantado
	A partir de 01/01/2017 - Créditos a receber (exceto tributários, previdenciários e contribuições), bem como os respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.	Implantado
	A partir de 01/01/2019 - Ativos contingentes	Implantado

JOSÉ JOSIVALDO RUFINO DA SILVA

CRC-PE: 021.866/O-8

CPF.: 024.410.444-19

WIVIANNE FONSECA DA SILVA ALMEIDA

SEC. DE EDUCAÇÃO

CPF.: 039.720.014-52



FUNDO MUN. DE EDUCAÇÃO DE AFOGADOS

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2021)

Exercício de 2021

8 of 16

NOTA EXPLICATIVA

I - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos, tributários ou não, por competência, e a dívida ativa, incluindo os respectivos ajustes para perdas;	A partir de 01/01/2020 - Créditos tributários e de contribuições por competência (exceto créditos previdenciários); e Créditos previdenciários por competência bem como os respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigação relacionadas à repartição de receitas.	Implantado
II - Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência;	Imediato (a partir de 2015) - Provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.	Implantado
	A partir de 01/01/2016 - Obrigações com fornecedores por competência .	Implantado
	A partir de 01/01/2019 - Passivos contingentes Provisões por competência ; e Obrigações por competência (empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias).	Implantado

JOSÉ JOSIVALDO RUFINO DA SILVA

CRC-PE: 021.866/O-8

CPF.: 024.410.444-19

WIVIANNE FONSECA DA SILVA ALMEIDA

SEC. DE EDUCAÇÃO

CPF.: 039.720.014-52



FUNDO MUN. DE EDUCAÇÃO DE AFOGADOS

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2021)

Exercício de 2021

9 of 16

NOTA EXPLICATIVA

III - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis;	A partir de 01/01/2019 - Bens móveis e imóveis (exceto patrimônio cultural e infraestrutura); respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).	Implantado
	A partir de 01/01/2020 – Softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.	Implantado
IV - Registro de fenômenos econômicos, resultantes ou independentes da execução orçamentária, tais como depreciação, amortização, exaustão;	A partir de 01/01/2019 - Depreciação e exaustão dos bens móveis e imóveis (exceto patrimônio cultural e infraestrutura).	Implantado

1.2. Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da entidade municipal, tendo em consideração as opções e as premissas do modelo proposto pelo PCASP.

JOSÉ JOSIVALDO RUFINO DA SILVA

CRC-PE: 021.866/O-8

CPF.: 024.410.444-19

WIVIANNE FONSECA DA SILVA ALMEIDA

SEC. DE EDUCAÇÃO

CPF.: 039.720.014-52



FUNDO MUN. DE EDUCAÇÃO DE AFOGADOS

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2021)

Exercício de 2021

10 of 16

NOTA EXPLICATIVA

A moeda funcional municipal é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

A única exceção se refere aos saldos iniciais de Caixa e Equivalentes de Caixa, no BF e na DFC, que utilizam a taxa vigente no dia 31 de dezembro do exercício anterior.

Destaca-se que, devido à variação cambial, a fase da execução da despesa orçamentária poderá apresentar valores maiores que a dotação atualizada da despesa orçamentária, apresentando uma aparente desconformidade.

1.2.1 Ativo

Ativo é um recurso controlado no presente pela entidade como resultado de evento passado. Recurso é um item com potencial de serviços ou com a capacidade de gerar benefícios econômicos. A forma física não é uma condição necessária para um recurso. Os benefícios econômicos correspondem a entradas de caixa ou a reduções das saídas de caixa. As entradas de caixa (ou as reduções das saídas de caixa) podem derivar, por exemplo, da utilização do ativo na produção e na venda de serviços ou da troca direta do ativo por caixa ou por outros recursos. O potencial de serviços é a capacidade de prestar serviços que contribuam para alcançar os objetivos da entidade. O potencial de serviços possibilita a entidade alcançar os seus objetivos sem, necessariamente, gerar entrada líquida de caixa, como, por exemplo, ativos do patrimônio cultural, de defesa nacional, entre outros.

1.2.1.1 Ativo Circulante e Não Circulante

O ativo deve ser classificado como circulante quando satisfizer a qualquer dos seguintes critérios: (a) espera-se que esse ativo seja realizado, ou pretende-se que seja mantido com a finalidade de ser vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade; (b) o ativo está mantido essencialmente com a finalidade de ser negociado; (c) espera-se que o ativo seja realizado em até doze meses após a data das demonstrações contábeis; ou (d) o ativo seja caixa ou equivalente de caixa (conforme definido na NBC TSP 12), a menos que sua troca ou uso para pagamento de passivo se encontre vedada durante pelo menos doze meses após a data das demonstrações con.

JOSÉ JOSIVALDO RUFINO DA SILVA

CRC-PE: 021.866/O-8

CPF.: 024.410.444-19

WIVIANNE FONSECA DA SILVA ALMEIDA

SEC. DE EDUCAÇÃO

CPF.: 039.720.014-52



FUNDO MUN. DE EDUCAÇÃO DE AFOGADOS

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2021)

Exercício de 2021

11 of 16

NOTA EXPLICATIVA

Sendo assim, os ativos circulantes incluem ativos (tais como impostos a receber, taxas sobre os usuários a receber, multas e tarifas regulatórias a receber, estoques e receitas de investimentos reconhecidas pelo regime de competência e ainda não recebidas) que são vendidos, consumidos ou realizados como parte do ciclo operacional normal, mesmo quando não se espera que sejam realizados no período de até doze meses após a data das demonstrações contábeis. Os demais ativos devem ser classificados como não circulantes.

1.2.1.2 Ativo Financeiro e Permanente

No Balanço Patrimonial, o ativo é classificado em ativo financeiro e ativo permanente (não financeiro) conforme o art. 105 da Lei nº 4.320/1964:

“§1º O Ativo Financeiro compreenderá os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numéricos.

§2º O Ativo Permanente compreenderá os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.

O uso dos atributos Financeiro (F) e Permanente (P) é descrito na Parte IV – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) deste Manual. Dessa forma, permanece a correlação conceitual de ativos financeiros e permanentes com aspectos legais definidos na Lei nº 4.320/64.

1.2.1.1.1 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem todo dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis. As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor justo, atualizadas até a data das demonstrações contábeis. As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado. Devendo, também, serem reconhecidos no ativo, os depósitos caracterizados como entradas compensatórias no ativo e no passivo financeiro. São exemplos desses depósitos as cauções em dinheiro para garantia de contratos, consignações a pagar, retenção de obrigações de terceiros a recolher e outros depósitos especiais, como os para garantia de recursos.

JOSÉ JOSIVALDO RUFINO DA SILVA

CRC-PE: 021.866/O-8

CPF.: 024.410.444-19

WIVIANNE FONSECA DA SILVA ALMEIDA

SEC. DE EDUCAÇÃO

CPF.: 039.720.014-52



FUNDO MUN. DE EDUCAÇÃO DE AFOGADOS

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2021)

Exercício de 2021

12 of 16

NOTA EXPLICATIVA

1.2.1.1.2 Imobilizado

É o item tangível que é mantido para o uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, ou para fins administrativos, inclusive os decorrentes de operações que transfiram para a entidade os benefícios, riscos e controle desses bens, cuja utilização se dará por mais de um período. O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. Os bens móveis compreendem os bens que têm existência material e que podem ser transportados por movimento próprio ou removidos por força alheia sem alteração da substância ou da destinação econômico-social. Os bens imóveis compreendem os bens vinculados ao terreno (solo) que não podem ser retirados sem destruição ou danos. Os itens do ativo imobilizado estão sujeitos à depreciação ou exaustão, cuja apuração deve ser feita mensalmente, quando o item do ativo estiver em condições de uso. A normatização dos procedimentos contábeis relativos ao ativo imobilizado foi elaborada em consonância com a Norma Brasileira de Contabilidade (NBC TSP) – 07 – Ativo Imobilizado.

1.2.2 Passivo

Passivo é uma obrigação presente, derivada de evento passado, cuja extinção deva resultar na saída de recursos da entidade. Obrigação presente é aquela que ocorre por força de lei (obrigação legal ou obrigação legalmente vinculada) ou não (obrigação não legalmente vinculada), a qual não possa ser evitada pela entidade. Um passivo deve envolver uma saída de recursos da entidade para ser extinto. Além disso, a obrigação presente surge como resultado de um evento passado e necessite da saída de recursos da entidade para ser extinta. A obrigação que pode ser extinta sem a saída de recursos da entidade não é um passivo. Assim, tais compromissos e obrigações, inclusive aqueles que não possam ser evitados pela entidade, mas que não ocorrem por força de lei (obrigações não legalmente vinculadas), são obrigações presentes e satisfazem a definição de passivo.

1.2.2.1 Passivos circulantes e não circulantes

As obrigações do ente municipal, obedecendo ao regime de competência, são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. O passivo deve ser classificado como circulante quando satisfizer a qualquer dos seguintes critérios: (a) espera-se que o passivo seja exigido durante o ciclo operacional normal da entidade; (b) o passivo está mantido

JOSÉ JOSIVALDO RUFINO DA SILVA

CRC-PE: 021.866/O-8

CPF.: 024.410.444-19

WIVIANNE FONSECA DA SILVA ALMEIDA

SEC. DE EDUCAÇÃO

CPF.: 039.720.014-52



FUNDO MUN. DE EDUCAÇÃO DE AFOGADOS

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2021)

Exercício de 2021

13 of 16

NOTA EXPLICATIVA

essencialmente para a finalidade de ser negociado; (c) o passivo deve ser exigido no período de até doze meses após a data das demonstrações contábeis; ou (d) a entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço. Os termos de passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não devem afetar a sua classificação. Os demais passivos devem ser classificados como não circulantes.

1.2.2.2 Passivo Financeiro e Permanente

A classificação do ativo e do passivo em financeiro e permanente permite a apuração do superávit financeiro no Balanço Patrimonial (BP) de acordo com a Lei nº 4.320/1964, que assim dispõe:

Art. 43 [...]

§ 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas.

Art. 105 [...]

§ 3º O Passivo Financeiro compreenderá as dívidas fundadas e outras cujo pagamento independa de autorização orçamentária.

§ 4º O Passivo Permanente compreenderá as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

Os passivos que dependam de autorização orçamentária para amortização ou resgate integram o passivo permanente. Após o empenho, considera-se efetivada a autorização orçamentária (enfoque orçamentário), e os passivos passam a integrar o passivo financeiro.

Conforme o MCASP, também devem ser reconhecidos como passivos os depósitos caracterizados como entradas compensatórias, como, por exemplo, as cauções em dinheiro recebidas para garantias de contratos, as consignações a pagar, a retenção de obrigações de terceiros a recolher e outros depósitos com finalidades especiais, pois se caracterizam como obrigações para com terceiros.

1.2.2.1.1 Demais obrigações a curto prazo

JOSÉ JOSIVALDO RUFINO DA SILVA

CRC-PE: 021.866/O-8

CPF.: 024.410.444-19

WIVIANNE FONSECA DA SILVA ALMEIDA

SEC. DE EDUCAÇÃO

CPF.: 039.720.014-52



FUNDO MUN. DE EDUCAÇÃO DE AFOGADOS

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2021)

Exercício de 2021

14 of 16

NOTA EXPLICATIVA

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros não inclusas nos subgrupos anteriores, com vencimento no curto prazo, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, vencimento curto prazo.

1.2.2.1.2 Valores restituíveis

Compreende os valores de terceiros ou retenções em nome deles (consignações), quando a entidade do setor público for fiel depositaria, exigíveis no curto prazo.

1.3. Conformidade Contábil das Demonstrações Contábeis Consolidadas

A conformidade contábil das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público é realizada mensalmente pela contabilidade, de forma a dar robustez e consistência as informações geradas, em de acordo com a legislação, regramentos orçamentários ou com os pronunciamentos de outro órgão ou entidade que regulamente a utilização dos recursos públicos. Este é um processo que visa assegurar a fidelidade e a confiabilidade dos dados constantes nos DCASP, além de permitir a sinalização de situações que possam causar viés nos valores evidenciados.

2. PRINCIPAIS ITENS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO

2.1 Caixa e Equivalentes de Caixa

A conta Caixa e Equivalentes de Caixa apresentou os bens numerários em moeda nacional depositados em conta única do ente municipal. Dessa forma, pode-se observar cerca de R\$ 3,7 milhões na conta única, o que levou um acréscimo de cerca 474,56% em relação ao exercício anterior.

2.2 Demais créditos e valores de curto prazo

Compreende os adiantamentos concedidos ao pessoal. Dessa forma, pode-se observar cerca de R\$ 3,4 mi contabilizados.

JOSÉ JOSIVALDO RUFINO DA SILVA

CRC-PE: 021.866/O-8

CPF.: 024.410.444-19

WIVIANNE FONSECA DA SILVA ALMEIDA

SEC. DE EDUCAÇÃO

CPF.: 039.720.014-52



FUNDO MUN. DE EDUCAÇÃO DE AFOGADOS

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2021)

Exercício de 2021

15 of 16

NOTA EXPLICATIVA

2.3 Imobilizado

O Imobilizado do ente municipal é segregado em dois grupos: (i) bens móveis; e (ii) bens imóveis. Dessa forma, pode-se um acréscimo de cerca 4,82% em relação ao exercício anterior.

	<i>Em 31/12/2021</i>	<i>Em 31/12/2020</i>
IMOBILIZADO	<u>19.618.827,93</u>	<u>15.632.183,74</u>
Bens Móveis	11.993.426,12	8.244.893,77
Bens Imóveis	12.494.093,25	11.021.574,01
(-) Depreciação, Exaustão e Amortização Acumulado	- 4.868.691,44	- 3.634.284,04

2.4 Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar a curto prazo

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar etc. Observa-se um valor cerca de R\$ 146,6 reais, em 31/12/2021.

2.5 Fornecedores e Contas a pagar nacionais

JOSÉ JOSIVALDO RUFINO DA SILVA

CRC-PE: 021.866/O-8

CPF.: 024.410.444-19

WIVIANNE FONSECA DA SILVA ALMEIDA

SEC. DE EDUCAÇÃO

CPF.: 039.720.014-52



FUNDO MUN. DE EDUCAÇÃO DE AFOGADOS

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2021)

Exercício de 2021

16 of 16

NOTA EXPLICATIVA

Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, aluguéis e todas as outras contas a pagar, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações. Observa-se um valor cerca de R\$ 229,7 mil, em 31/12/2021.

2.6 Demais Obrigações a curto prazo – Consignações

Compreende valores diversos, tais como valores retidos de RPPS, INSS, IRRF, retenções de entidades representativas de classes, retenções de empréstimos e financiamentos, e outras consignações, as quais totalizaram cerca de R\$ 4,2 milhões, um acréscimo de 214,57% em relação ao ano anterior

2.7 Superávit/Déficit Financeiro

No exercício de 2021, o déficit financeiro foi de cerca de R\$ 4,2 milhões. No exercício anterior o déficit financeiro havia sido de R\$ 4,9 milhões. A posição financeira é modificada pelo resultado financeiro do exercício, que resulta dos fluxos de receitas e despesas orçamentárias. Assim, o resultado financeiro é reflexo do resultado da execução orçamentária.

JOSÉ JOSIVALDO RUFINO DA SILVA

CRC-PE: 021.866/O-8

CPF.: 024.410.444-19

WIVIANNE FONSECA DA SILVA ALMEIDA

SEC. DE EDUCAÇÃO

CPF.: 039.720.014-52



FUNDO MUN. DE EDUCAÇÃO DE AFOGADOS
ANEXO 14A - BALANÇO PATRIMONIAL
DEMONSTRATIVO DAS CONTAS ANALITICAS DO ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO

Exercício de 2021

Dezembro(31/12/2021)

1 of 1

ISOLADO:6 - FUNDO MUL. DE EDUCAÇÃO DE AFOGADOS DA INGAZEIRA

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE		3.778.307,40	796.177,73	PASSIVO CIRCULANTE		4.487.580,13	2.138.014,30
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		3.778.307,40	796.177,73	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS		146,66	103.275,60
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL		3.778.307,40	796.177,73	PESSOAL A PAGAR		146,66	1.561,00
CONTA ÚNICA		3.778.307,40	796.177,73	PESSOAL A PAGAR		146,66	1.561,00
TOTAL		3.778.307,40	796.177,73	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR		0,00	101.714,60
				CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR		0,00	101.714,60
				FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO		229.750,68	50.489,21
				FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO		229.750,68	50.489,21
				FORNECEDORES NACIONAIS		229.750,68	50.489,21
				DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		4.257.682,79	1.984.249,49
				VALORES RESTITUÍVEIS		4.257.682,79	1.984.249,49
				CONSIGNAÇÕES		4.257.682,79	1.984.249,49
				EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR		3.514.437,61	3.561.738,85
				EXECUÇÃO DE RP NÃO PROCESSADOS		3.514.437,61	3.561.738,85
				RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR		3.401.008,23	0,00
				RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR		3.401.008,23	0,00
				RP NÃO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO		113.429,38	3.561.738,85
				RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR- INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO		113.429,38	3.561.738,85
				TOTAL		8.002.017,74	5.699.753,15

JOSE JOSIVALDO RUFINO DA SILVA

CRC-PE: 021.866/O-8

CPF.: 024.410.444-19

WIVIANNE FONSECA DA SILVA ALMEIDA

SEC. DE EDUCAÇÃO

CPF.: 039.720.014-52

Documento Assinado Digitalmente por: ALEANDRO PALMEIRA DE VASCONCELOS LEITE, JOSE JOSIVALDO RUFINO DA SILVA
 Acesso em: https://eic.ice.pe.gov.br/ep/validaDoc.seam Código do documento: 0c8b173-aad-46bc-8428-99f85e65c4e



FUNDO MUN. DE EDUCAÇÃO DE AFOGADOS
ANEXO 14B - BALANÇO PATRIMONIAL
DEMONSTRATIVO DAS CONTAS ANALITICAS DO ATIVO E PASSIVO PERMANENTE

Exercício de 2021

Dezembro(31/12/2021)

1 of 1

ISOLADO:6 - FUNDO MUL. DE EDUCAÇÃO DE AFOGADOS DA INGAZEIRA

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE		3.400.369,85	3.400.369,85				
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO		3.400.369,85	3.400.369,85				
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO		3.400.369,85	3.400.369,85				
CRÉDITOS A RECEBER DE ENTIDADES ESTADUAIS, DISTRITAIS E MUN		3.400.369,85	3.400.369,85				
ATIVO NÃO CIRCULANTE		19.618.827,93	15.632.183,74				
IMOBILIZADO		19.618.827,93	15.632.183,74				
BENS MÓVEIS		11.993.426,12	8.244.893,77				
BENS DE INFORMÁTICA		2.818.538,00	46.690,00				
MÓVEIS E UTENSÍLIOS		2.064.652,41	1.669.239,92				
MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO		5.560,00	5.560,00				
VEÍCULOS		1.943.480,00	1.555.490,00				
DEMAIS BENS MÓVEIS		2.676.229,95	2.679.269,95				
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS		2.484.965,76	2.288.643,90				
BENS IMÓVEIS		12.494.093,25	11.021.574,01				
BENS DE USO COMUM DO POVO		70,00	70,00				
BENS IMÓVEIS EM ANDAMENTO		5.940.838,70	5.626.723,96				
INSTALAÇÕES		2.403.531,09	1.245.026,59				
DEMAIS BENS IMÓVEIS		4.149.653,46	4.149.753,46				
(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS		-4.868.691,44	-3.634.284,04				
(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS		-2.353.116,01	-1.118.608,61				
(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA - BENS IMÓVEIS		-2.515.575,43	-2.515.675,43				
TOTAL		23.019.197,78	19.032.553,59				

 JOSÉ JOSIVALDO RUFINO DA SILVA

CRC-PE: 021.866/O-8
 CPF.: 024.410.444-19

 WIVIANNE FONSECA DA SILVA ALMEIDA

SEC. DE EDUCAÇÃO
 CPF.: 039.720.014-52

Documento Assinado Digitalmente por: ALESSANDRO PALMEIRA DE VASCONCELOS LEITE, JOSE JOSIVALDO RUFINO DA SILVA
 Acesso em: https://eice.ce.gov.br/epp/validadorDoc.seam Código do documento: 0c8bf73-a8d-46bc-8428-99f85e65cc4e



FUNDO MUN. DE EDUCAÇÃO DE AFOGADOS

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

D) QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2021)

Exercício de 2021

1 of 1

ISOLADO:6 - FUNDO MUL. DE EDUCAÇÃO DE AFOGADOS DA INGAZEIRA

D) QUADRO DO SUPERAVIT / DEFICIT FINANCEIRO

DESTINAÇÃO DE RECURSOS (Contas 82111XXXX)		Nota	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO	
			ATUAL	EXERC. ANTERIOR
001	Ordinario		-5.058.874,18	-5.047.564,02
200	EDUCAÇÃO		-172.087,69	-172.087,69
210	EDUCAÇÃO INFANTIL		-2.357.883,24	-2.346.573,08
220	ENSINO FUNDAMENTAL		-10.985,09	-10.985,09
221	ENSINO FUNDAMENTAL-REMUN.APLIC.FINANC.		-69.089,33	-69.089,33
251	EDUCAÇÃO-FUNDEF-MAGISTÉRIO		32.385,19	32.385,19
252	EDUCAÇÃO-FUNDEF-OUTROS		5.175.146,47	5.175.146,47
253	EDUCAÇÃO-FUNDEF-REMUN.APLIC.FINANCEIRA		-7.706.921,39	-7.706.921,39
00	RECURSOS ORDINARIOS (ORDINÁRIO)		50.560,90	50.560,90
001	Ordinario		630.561,07	-60.614,17
200	EDUCAÇÃO		-3.508.688,25	-9.519.142,64
210	EDUCAÇÃO INFANTIL		-1.327.989,51	-1.236.747,76
220	ENSINO FUNDAMENTAL		-103.455,81	-103.456,46
250	EDUCAÇÃO-FUNDEF		-3.852.769,32	-3.430.781,30
251	EDUCAÇÃO-FUNDEF-MAGISTÉRIO		9.037.229,56	13.843.294,26
252	EDUCAÇÃO-FUNDEF-OUTROS		389.898,40	389.898,40
300	SAÚDE		-218.021,89	-218.021,89
			214.357,89	214.343,22
TOTAL			-4.428.313,11	-5.108.178,19

JOSÉ JOSIVALDO RUFINO DA SILVA

CRC-PE: 021.866/O-8

CPF.: 024.410.444-19

WIVIANNE FONSECA DA SILVA ALMEIDA

SEC. DE EDUCAÇÃO

CPF.: 039.720.014-52

Documento Assinado Digitalmente por: ALESSANDRO PALMEIRA DE VASCONCELOS LEITE, JOSE JOSIVALDO RUFINO DA SILVA
Acesse em: <https://eic.ice.pe.gov.br/ep/validaDoc.seam> Código do documento: 0e8bf73-a8d-46bc-8428-99f85e65cc4e



FMAS DE AFOGADOS DA INGAZEIRA
ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL
 Dezembro(31/12/2021)

Exercício de 2021

1 of 16

A) QUADRO PRINCIPAL

ISOLADO:7 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE		433.394,66	874.307,00	PASSIVO CIRCULANTE		265.691,02	232.015,78
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		433.394,66	793.501,15	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS		17.150,00	0,00
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL		433.394,66	793.501,15	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR		17.150,00	0,00
CONTA ÚNICA	F	433.394,66	793.501,15	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR	F	17.150,00	0,00
CRÉDITOS A CURTO PRAZO		0,00	0,00	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO		0,00	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO		0,00	80.805,85	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO		0,00	0,00
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO		0,00	80.805,85	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO		0,00	0,00
CRÉDITOS A RECEBER DE ENTIDADES ESTADUAIS, DISTRIAIS E MUNICIPAIS	P	0,00	80.805,85	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES		0,00	0,00
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO		0,00	0,00	PROVISÕES A CURTO PRAZO		0,00	0,00
ESTOQUES		0,00	0,00	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		248.541,02	232.015,78
ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA		0,00	0,00	VALORES RESTITUÍVEIS		248.541,02	232.015,78
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE		0,00	0,00	CONSIGNAÇÕES	F	248.541,02	232.015,78
ATIVO NÃO CIRCULANTE		148.157,02	116.128,31	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE		0,00	0,00
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		0,00	0,00	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS		0,00	0,00
INVESTIMENTOS		0,00	0,00	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO		0,00	0,00
IMOBILIZADO		148.157,02	116.128,31	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO		0,00	0,00
BENS MÓVEIS		221.694,75	189.666,04	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO		0,00	0,00
BENS DE INFORMÁTICA	P	64.207,81	38.512,00	PROVISÕES A LONGO PRAZO		0,00	0,00
VEÍCULOS	P	81.000,00	81.000,00	DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO		0,00	0,00
MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	P	3.602,00	1.552,00	RESULTADO DIFERIDO		0,00	0,00
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	P	25.003,40	24.243,50	TOTAL PASSIVO		265.691,02	232.015,78
DEMAIS BENS MÓVEIS	P	6.339,00	6.339,00				
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	P	41.542,54	38.019,54				
(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS		-73.537,73	-73.537,73				
(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS	P	-73.537,73	-73.537,73				
INTANGÍVEL		0,00	0,00				
DIFERIDO		0,00	0,00				
TOTAL		581.551,68	990.435,31				

PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		315.860,66	758.419,53
PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL		0,00	0,00
RESULTADOS ACUMULADOS		315.860,66	758.419,53
SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS		315.860,66	758.419,53
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	P	-442.558,87	465.349,19
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	P	758.419,53	293.070,34



FMAS DE AFOGADOS DA INGAZEIRA
ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL
 Dezembro(31/12/2021)

Exercício de 2021

2 of 16

A) QUADRO PRINCIPAL

ISOLADO:7 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
				TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO		315.860,66	758.419,53
				TOTAL		581.551,68	990.435,31

MARIA MADALENA LEITE PATRIOTA
 SEC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 CPF.: 310.557.704-10

JOSE JOSIVALDO RUFINO DA SILVA
 CRC-PE: 021.866/0-8
 Documento Assinado Digitalmente por: ALEXANDRO PALMEIRA DE VASCONCELOS LEITE, JOSE JOSIVALDO RUFINO DA SILVA
 Assinado em: 2021/12/31 10:44:18
 Código do documento: 0c8bf73-a8d-46bc-8428-99f85e65cc4e



FMAS DE AFOGADOS DA INGAZEIRA
BALANÇO PATRIMONIAL
Dezembro(31/12/2021)

Exercício de 2021

3 of 16

B) QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO FINANCEIRO		433.394,66	793.501,15	PASSIVO FINANCEIRO (265.691,02)+RP não Proc.(0,00)		265.691,02	232.015,78
ATIVO PERMANENTE		148.157,02	196.934,16	PASSIVO PERMANENTE		0,00	0,00
				SALDO PATRIMONIAL		315.860,66	758.419,53

MARIA MADALENA LEITE PATRIOTA
SEC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CPF.: 310.557.704-10

JOSE JOSIVALDO RUFINO DA SILVA
CRC-PE: 021.866/O-8
CPF.: 024.410.444-19



FMAS DE AFOGADOS DA INGAZEIRA
ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL
 Dezembro(31/12/2021)

Exercício de 2021

4 of 16

C) QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO (CONTROLE)

ESPECIFICAÇÃO				ESPECIFICAÇÃO			
SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS (Contas do Grupo 811xx)	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS (Contas do Grupo 812xx)	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATOS POTENCIAIS ATIVO		0,00	0,00	ATOS POTENCIAIS PASSIVO		7.028,82	0,00
GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS		0,00	0,00	GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS		0,00	0,00
DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES		0,00	0,00	OBRIGAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES		0,00	0,00
DIREITOS CONTRATUAIS		0,00	0,00	OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS		7.028,82	0,00
OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS		0,00	0,00	OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	TOTAL		7.028,82	0,00

MARIA MADALENA LEITE PATRIOTA
 SEC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 CPF.: 310.557.704-10

JOSE JOSIVALDO RUFINO DA SILVA
 CRC-PE: 021.866/O-8
 CPF.: 024.410.444-19



FMAS DE AFOGADOS DA INGAZEIRA

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2021)

Exercício de 2021

5 of 16

NOTA EXPLICATIVA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

R PEDRO PIRES, 28, CENTRO, AFOGADOS DA INGAZEIRA-PE

CNPJ: 13.568.932/0001-87

BALANÇO PATRIMONIAL – ANEXO XIV

(Item 09, Anexo II, da Resolução TC nº 153, de 15 de dezembro de 2021)

As presentes Notas Explicativas referem-se a pessoa Jurídica de Direito Público Interno.

1. PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) foram preparadas utilizando as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP: Estrutura Conceitual, 01 a 21), as Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (nº 1.134 a 1.137/2008), as instruções descritas no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP)- em sua 8ª edição, e a estrutura proposta no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP 2018)- Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional nº 669, de 2 de agosto de 2017 -, além do disposto na Lei nº 4.320/1964, na Lei Complementar nº 101/2000 e demais normas aplicáveis.

Considerando que no Brasil ainda não houve total convergência para as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (*International Public Sector Accounting Standards – IPSAS*), as referidas normas foram utilizadas de maneira subsidiária e não foram observadas em sua integridade. Muito embora as IPSAS não

MARIA MADALENA LEITE PATRIOTA
SEC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CPF.: 310.557.704-10

JOSE JOSIVALDO RUFINO DA SILVA
CRC-PE: 021.866/O-8
CPF.: 024.410.444-19



FMAS DE AFOGADOS DA INGAZEIRA

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2021)

Exercício de 2021

6 of 16

NOTA EXPLICATIVA

possuírem caráter vinculante pelas entidades municipais brasileiras, quando não há norma semelhante, ou quando a norma brasileira é mais sucinta, tais normas internacionais auxiliam na busca por uma melhor evidenciação dos fenômenos econômico-contábeis.

As DCASP abrangem as entidades municipais, cuja execução orçamentária e financeira da receita e despesa, seja registrada no sistema informatizado de contabilidade, da administração direta e indireta que venha integrar os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social (OFSS).

O objetivo principal das DCASP é fornecer, aos diversos usuários, informações sobre a gestão do patrimônio público municipal e prestar contas da gestão econômico-financeira realizada durante o exercício de 2021. Nas DCASP, os diversos usuários podem encontrar informações sobre a posição e mutação do patrimônio público, desempenho econômico-financeiro, execução orçamentária, fluxos de caixa, fluxos financeiros e outras informações que auxiliem na avaliação da gestão econômico-financeira do ente municipal. As estruturas e a composição das DCASP estão de acordo com as bases propostas pelas NBC TSP, no PCASP e no MCASP. Desta forma, as DCASP são compostas por: (i) Balanço Patrimonial (BP); (ii) Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP); (iii) Balanço Orçamentário (BO); (iv) Balanço Financeiro (BF); (v) Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); (vi) Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido.

1.1. Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) atribuiu à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) o papel de consolidador das contas públicas nacionais e normatizador das regras gerais dessa consolidação. Neste sentido, e de modo alinhado às orientações do Ministério da Fazenda no sentido de convergir para padrões contábeis internacionais, conforme disposto na Portaria MF nº 184/2008, a STN edita regularmente o MCASP, de observância obrigatória para todos os entes da Federação. O MCASP também se alinha às práticas contábeis dispostas nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Neste sentido, uma série de ajustes já foram realizados, conforme prazos apresentados pela Portaria STN nº 634/2013, dentre os quais se destacam a implementação do PCASP e das DCASP. Na sequência das reformas contábeis, e de modo a seguir as orientações da Portaria STN nº 634/2013, a STN editou o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCCP), dando continuidade ao processo de convergência da NBC TSP aos padrões internacionais.

Desta forma, trouxe a Portaria STN nº 548, de 24 de setembro de 2015, as seguintes disposições:

MARIA MADALENA LEITE PATRIOTA
SEC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CPF.: 310.557.704-10

JOSE JOSIVALDO RUFINO DA SILVA
CRC-PE: 021.866/O-8
CPF.: 024.410.444-19



FMAS DE AFOGADOS DA INGAZEIRA

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2021)

Exercício de 2021

7 of 16

NOTA EXPLICATIVA

Art. 1º Aprovar, na forma do Anexo desta Portaria, o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, definidos nos arts. 6º e 7º da Portaria STN nº 634, de 19 de novembro de 2013, cujas regras aplicáveis encontram-se no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP.

[...]

§ 4º Os entes da Federação deverão evidenciar em notas explicativas às demonstrações contábeis o estágio de adequação ao PIPCP constante do Anexo desta Portaria, sem prejuízo do efetivo cumprimento dos prazos-limite definidos.

§ 5º Os prazos-limite estabelecidos no PIPCP constante do Anexo desta Portaria deverão ser observados, sem prejuízo dos normativos e **decisões dos Tribunais de Contas que antecipem esses prazos**(Grifo nosso).

Cabe ainda ressaltar que, no contexto jurisdicional-legal, compete ao Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE), examinar a legalidade, legitimidade, economicidade e razoabilidade de qualquer ato administrativo de que resulte receita ou despesa. A ele também cabe verificar os atos que provoquem renúncia de receita, que é quando o ente público deixa de arrecadar os recursos que lhe cabem. Ademais, tem-se como atribuição desta corte de contas examinar a documentação apresentada pelas instituições públicas que se subordinam à sua atuação, na forma e prazos definidos na legislação.

Destarte, adunada à legislação federal, trouxe o TCE-PE a Resolução TC nº 153, de 15 de dezembro de 2021, que estabeleceu normas relativas à composição das contas dos Gestores Municipais.

Por fim, tendo em vista a não alteração, pelo TCE-PE, dos prazos originais previstos na Portaria STN nº 634/2013, adotamos como referência os prazos de implantação previstos na referida norma, de tal sorte que apresentamos o quadro evolutivo de realização dos procedimentos patrimoniais abaixo:

Portaria-STN 634/2013	Prazos para implantação portaria-STN nº 548/2015	PIPCP - evolução
I - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos, tributários ou não, por competência, e a dívida ativa, incluindo os respectivos ajustes para perdas;	Imediato (a partir de 2015)- Dívida Ativa e os respectivos ajustes para perdas.	Implantado
	A partir de 01/01/2017 - Créditos a receber (exceto tributários, previdenciários e contribuições), bem como os respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.	Implantado
	A partir de 01/01/2019 - Ativos contingentes	Implantado

MARIA MADALENA LEITE PATRIOTA
SEC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CPF.: 310.557.704-10

JOSE JOSIVALDO RUFINO DA SILVA
CRC-PE: 021.866/O-8
CPF.: 024.410.444-19



FMAS DE AFOGADOS DA INGAZEIRA

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2021)

Exercício de 2021

8 of 16

NOTA EXPLICATIVA

I - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos, tributários ou não, por competência, e a dívida ativa, incluindo os respectivos ajustes para perdas;	A partir de 01/01/2020 - Créditos tributários e de contribuições por competência (exceto créditos previdenciários); e Créditos previdenciários por competência , bem como os respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigação relacionadas à repartição de receitas.	Implantado
II - Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência;	Imediato (a partir de 2015) - Provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.	Implantado
	A partir de 01/01/2016 - Obrigações com fornecedores por competência	Implantado
	A partir de 01/01/2019 - Passivos contingentes Provisões por competência e Obrigações por competência (empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias).	Implantado

MARIA MADALENA LEITE PATRIOTA
SEC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CPF.: 310.557.704-10

JOSE JOSIVALDO RUFINO DA SILVA
CRC-PE: 021.866/O-8
CPF.: 024.410.444-19



FMAS DE AFOGADOS DA INGAZEIRA

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2021)

Exercício de 2021

9 of 16

NOTA EXPLICATIVA

III - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis;	A partir de 01/01/2019 - Bens móveis e imóveis (exceto patrimônio cultural e infraestrutura); respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).	Implantado
	A partir de 01/01/2020 – Softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.	Implantado
IV - Registro de fenômenos econômicos, resultantes ou independentes da execução orçamentária, tais como depreciação, amortização, exaustão;	A partir de 01/01/2019 - Depreciação e exaustão dos bens móveis e imóveis (exceto patrimônio cultural e infraestrutura).	Implantado

1.2. Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da entidade municipal, tendo em consideração as opções e as premissas do modelo proposto pelo PCASP.

MARIA MADALENA LEITE PATRIOTA
SEC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CPF.: 310.557.704-10

JOSE JOSIVALDO RUFINO DA SILVA
CRC-PE: 021.866/O-8
CPF.: 024.410.444-19



FMAS DE AFOGADOS DA INGAZEIRA

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2021)

Exercício de 2021

10 of 16

NOTA EXPLICATIVA

A moeda funcional municipal é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

A única exceção se refere aos saldos iniciais de Caixa e Equivalentes de Caixa, no BF e na DFC, que utilizam a taxa vigente no dia 31 de dezembro do exercício anterior.

Destaca-se que, devido à variação cambial, a fase da execução da despesa orçamentária poderá apresentar valores maiores que a dotação atualizada da despesa orçamentária, apresentando uma aparente desconformidade.

1.2.1 Ativo

Ativo é um recurso controlado no presente pela entidade como resultado de evento passado. Recurso é um item com potencial de serviços ou com a capacidade de gerar benefícios econômicos. A forma física não é uma condição necessária para um recurso. Os benefícios econômicos correspondem a entradas de caixa ou a reduções das saídas de caixa. As entradas de caixa (ou as reduções das saídas de caixa) podem derivar, por exemplo, da utilização do ativo na produção e na venda de serviços ou da troca direta do ativo por caixa ou por outros recursos. O potencial de serviços é a capacidade de prestar serviços que contribuam para alcançar os objetivos da entidade. O potencial de serviços possibilita a entidade alcançar os seus objetivos sem, necessariamente, gerar entrada líquida de caixa, como, por exemplo, ativos do patrimônio cultural, de defesa nacional, entre outros.

1.2.1.1 Ativo Circulante e Não Circulante

O ativo deve ser classificado como circulante quando satisfizer a qualquer dos seguintes critérios: (a) espera-se que esse ativo seja realizado, ou pretende-se que seja mantido com a finalidade de ser vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade; (b) o ativo está mantido essencialmente com a finalidade de ser negociado; (c) espera-se que o ativo seja realizado em até doze meses após a data das demonstrações contábeis; ou (d) o ativo seja caixa ou equivalente de caixa (conforme definido na NBC TSP 12), a menos que sua troca ou uso para pagamento de passivo se encontre vedada durante pelo menos doze meses após a data das demonstrações con.

MARIA MADALENA LEITE PATRIOTA
SEC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CPF.: 310.557.704-10

JOSE JOSIVALDO RUFINO DA SILVA
CRC-PE: 021.866/O-8
CPF.: 024.410.444-19



FMAS DE AFOGADOS DA INGAZEIRA

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2021)

Exercício de 2021

11 of 16

NOTA EXPLICATIVA

Sendo assim, os ativos circulantes incluem ativos (tais como impostos a receber, taxas sobre os usuários a receber, multas e tarifas regulatórias a receber, estoques e receitas de investimentos reconhecidas pelo regime de competência e ainda não recebidas) que são vendidos, consumidos ou realizados como parte do ciclo operacional normal, mesmo quando não se espera que sejam realizados no período de até doze meses após a data das demonstrações contábeis. Os demais ativos devem ser classificados como não circulantes.

1.2.1.2 Ativo Financeiro e Permanente

No Balanço Patrimonial, o ativo é classificado em ativo financeiro e ativo permanente (não financeiro) conforme o art. 105 da Lei nº 4.320/1964:

“§1º O Ativo Financeiro compreenderá os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numéricos.

§2º O Ativo Permanente compreenderá os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.

O uso dos atributos Financeiro (F) e Permanente (P) é descrito na Parte IV – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) deste Manual. Dessa forma, permanece a correlação conceitual de ativos financeiros e permanentes com aspectos legais definidos na Lei nº 4.320/64.

1.2.1.1.1 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem todo dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis. As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor justo, atualizadas até a data das demonstrações contábeis. As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado. Devendo, também, serem reconhecidos no ativo, os depósitos caracterizados como entradas compensatórias no ativo e no passivo financeiro. São exemplos desses depósitos as cauções em dinheiro para garantia de contratos, consignações a pagar, retenção de obrigações de terceiros a recolher e outros depósitos especiais, como os para garantia de recursos.

MARIA MADALENA LEITE PATRIOTA
SEC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CPF.: 310.557.704-10

JOSE JOSIVALDO RUFINO DA SILVA
CRC-PE: 021.866/O-8
CPF.: 024.410.444-19



FMAS DE AFOGADOS DA INGAZEIRA

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2021)

Exercício de 2021

12 of 16

NOTA EXPLICATIVA

1.2.1.1.2 Imobilizado

É o item tangível que é mantido para o uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, ou para fins administrativos, inclusive os decorrentes de operações que transfiram para a entidade os benefícios, riscos e controle desses bens, cuja utilização se dará por mais de um período. O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. Os bens móveis compreendem os bens que têm existência material e que podem ser transportados por movimento próprio ou removidos por força alheia sem alteração da substância ou da destinação econômico-social. Os bens imóveis compreendem os bens vinculados ao terreno (solo) que não podem ser retirados sem destruição ou danos. Os itens do ativo imobilizado estão sujeitos à depreciação ou exaustão, cuja apuração deve ser feita mensalmente, quando o item do ativo estiver em condições de uso. A normatização dos procedimentos contábeis relativos ao ativo imobilizado foi elaborada em consonância com a Norma Brasileira de Contabilidade (NBC TSP) – 07 – Ativo Imobilizado.

1.2.2 Passivo

Passivo é uma obrigação presente, derivada de evento passado, cuja extinção deva resultar na saída de recursos da entidade. Obrigação presente é aquela que ocorre por força de lei (obrigação legal ou obrigação legalmente vinculada) ou não (obrigação não legalmente vinculada), a qual não possa ser evitada pela entidade. Um passivo deve envolver uma saída de recursos da entidade para ser extinto. Além disso, a obrigação presente surge como resultado de um evento passado e necessite da saída de recursos da entidade para ser extinta. A obrigação que pode ser extinta sem a saída de recursos da entidade não é um passivo. Assim, tais compromissos e obrigações, inclusive aqueles que não possam ser evitados pela entidade, mas que não ocorrem por força de lei (obrigações não legalmente vinculadas), são obrigações presentes e satisfazem a definição de passivo.

1.2.2.1 Passivos circulantes e não circulantes

As obrigações do ente municipal, obedecendo ao regime de competência, são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. O passivo deve ser classificado como circulante quando satisfizer a qualquer dos seguintes critérios: (a) espera-se que o passivo seja exigido durante o ciclo operacional normal da entidade; (b) o passivo está mantido

MARIA MADALENA LEITE PATRIOTA
SEC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CPF.: 310.557.704-10

JOSE JOSIVALDO RUFINO DA SILVA
CRC-PE: 021.866/O-8
CPF.: 024.410.444-19



FMAS DE AFOGADOS DA INGAZEIRA

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2021)

Exercício de 2021

13 of 16

NOTA EXPLICATIVA

essencialmente para a finalidade de ser negociado; (c) o passivo deve ser exigido no período de até doze meses após a data das demonstrações contábeis; ou (d) a entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço. Os termos de passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não devem afetar a sua classificação. Os demais passivos devem ser classificados como não circulantes.

1.2.2.2 Passivo Financeiro e Permanente

A classificação do ativo e do passivo em financeiro e permanente permite a apuração do superávit financeiro no Balanço Patrimonial (BP) de acordo com a Lei nº 4.320/1964, que assim dispõe:

Art. 43 [...]

§ 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas.

Art. 105 [...]

§ 3º O Passivo Financeiro compreenderá as dívidas fundadas e outras cujo pagamento independa de autorização orçamentária.

§ 4º O Passivo Permanente compreenderá as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

Os passivos que dependam de autorização orçamentária para amortização ou resgate integram o passivo permanente. Após o empenho, considera-se efetivada a autorização orçamentária (enfoque orçamentário), e os passivos passam a integrar o passivo financeiro.

Conforme o MCASP, também devem ser reconhecidos como passivos os depósitos caracterizados como entradas compensatórias, como, por exemplo, as cauções em dinheiro recebidas para garantias de contratos, as consignações a pagar, a retenção de obrigações de terceiros a recolher e outros depósitos com finalidades especiais, pois se caracterizam como obrigações para com terceiros.

1.2.2.1.1 Demais obrigações a curto prazo

MARIA MADALENA LEITE PATRIOTA
SEC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CPF.: 310.557.704-10

JOSE JOSIVALDO RUFINO DA SILVA
CRC-PE: 021.866/O-8
CPF.: 024.410.444-19



FMAS DE AFOGADOS DA INGAZEIRA

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2021)

Exercício de 2021

14 of 16

NOTA EXPLICATIVA

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros não inclusas nos subgrupos anteriores, com vencimento no curto prazo, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, vencimento curto prazo.

1.2.2.1.2 Valores restituíveis

Compreende os valores de terceiros ou retenções em nome deles (consignações), quando a entidade do setor público for fiel depositaria, exigíveis no curto prazo.

1.3. Conformidade Contábil das Demonstrações Contábeis Consolidadas

A conformidade contábil das demonstrações contábeis aplicados ao setor público é realizada mensalmente pela contabilidade, de forma a dar robustez e consistência as informações geradas, em de acordo com a legislação, regramentos orçamentários ou com os pronunciamentos de outro órgão ou entidade que regulamente a utilização dos recursos públicos. Este é um processo que visa assegurar a fidelidade e a confiabilidade dos dados constantes nos DCASP, além de permitir a sinalização de situações que possam causar viés nos valores evidenciados.

2. PRINCIPAIS ITENS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO

2.1 Caixa e Equivalentes de Caixa

A conta Caixa e Equivalentes de Caixa apresentou os bens numerários em moeda nacional depositados em conta única do ente municipal. Dessa forma, pode-se observar cerca de R\$ 793,5 mil na conta única, o que levou um acréscimo de cerca 252,47% em relação ao exercício anterior.

2.2 Demais créditos e valores de curto prazo

Compreende os adiantamentos concedidos ao pessoal. Dessa forma, pode-se observar cerca de R\$ 80,8 mil contabilizados.

MARIA MADALENA LEITE PATRIOTA
SEC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CPF.: 310.557.704-10

JOSE JOSIVALDO RUFINO DA SILVA
CRC-PE: 021.866/O-8
CPF.: 024.410.444-19



FMAS DE AFOGADOS DA INGAZEIRA

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2021)

Exercício de 2021

15 of 16

NOTA EXPLICATIVA

2.3 Imobilizado

O Imobilizado do ente municipal é segregado em dois grupos: (i) bens móveis; e (ii) bens imóveis. Dessa forma, pode-se um acréscimo de cerca 27,58% em relação ao exercício anterior.

	Em 31/12/2020	Em 31/12/2019
IMOBILIZADO	<u>148.157,02</u>	<u>116.128,31</u>
Bens Móveis	221.694,75	189.666,04
(-) Depreciação, Exaustão e Amortização Acumulado	- 73.537,73	- 73.537,73

2.4 Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar a curto prazo

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar etc. Observa-se um valor cerca de R\$ 17,1 mil, em 31/12/2021.

2.5 Fornecedores e Contas a pagar nacionais

MARIA MADALENA LEITE PATRIOTA
SEC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CPF.: 310.557.704-10

JOSE JOSIVALDO RUFINO DA SILVA
CRC-PE: 021.866/O-8
CPF.: 024.410.444-19



FMAS DE AFOGADOS DA INGAZEIRA

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2021)

Exercício de 2021

16 of 16

NOTA EXPLICATIVA

Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, aluguéis e todas as outras contas a pagar, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações. Observa-se um valor cerca de R\$ 0,00, em 31/12/2021.

2.6 Demais Obrigações a curto prazo – Consignações

Compreende valores diversos, tais como valores retidos de RPPS, INSS, IRRF, retenções de entidades representativas de classes, retenções de empréstimos e financiamentos, e outras consignações, as quais totalizaram cerca de R\$ 248,5 mil, um acréscimo de 7,12% em relação ao ano anterior

2.7 Superávit/Déficit Financeiro

No exercício de 2021, o superavit financeiro foi de cerca de R\$ 167,7 mil. No exercício anterior o superavit financeiro havia sido de R\$ 561,4 mil. A posição financeira é modificada pelo resultado financeiro do exercício, que resulta dos fluxos de receitas e despesas orçamentárias. Assim, o resultado financeiro é reflexo do resultado da execução orçamentária.

MARIA MADALENA LEITE PATRIOTA
SEC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CPF.: 310.557.704-10

JOSE JOSIVALDO RUFINO DA SILVA
CRC-PE: 021.866/O-8
CPF.: 024.410.444-19



FMAS DE AFOGADOS DA INGAZEIRA
ANEXO 14A - BALANÇO PATRIMONIAL
DEMONSTRATIVO DAS CONTAS ANALITICAS DO ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO

Exercício de 2021

Dezembro(31/12/2021)

1 of 1

ISOLADO:7 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE		433.394,66	793.501,15	PASSIVO CIRCULANTE		265.691,02	232.015,78
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		433.394,66	793.501,15	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS		17.150,00	0,00
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL		433.394,66	793.501,15	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR		17.150,00	0,00
CONTA ÚNICA		433.394,66	793.501,15	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR		17.150,00	0,00
TOTAL		433.394,66	793.501,15	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		248.541,02	232.015,78
				VALORES RESTITUÍVEIS		248.541,02	232.015,78
				CONSIGNAÇÕES		248.541,02	232.015,78
				TOTAL		265.691,02	232.015,78

 MARIA MADALENA LEITE PATRIOTA
 SEC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 CPF.: 310.557.704-10

 JOSE JOSIVALDO RUFINO DA SILVA
 CRC-PE: 021.866/O-8

Documento Assinado Digitalmente por: ALEANDRO PALMEIRA DE VASCONCELOS LEITE, JOSE JOSIVALDO RUFINO DA SILVA
 CPF.: 024.410.444-19
 Acesse em: https://eic.ice.pe.gov.br/ep/validaDoc.ssam Código do documento: 0c8bf73-a8d-46bc-8428-99f85e65cc4e



FMAS DE AFOGADOS DA INGAZEIRA
ANEXO 14B - BALANÇO PATRIMONIAL
DEMONSTRATIVO DAS CONTAS ANALITICAS DO ATIVO E PASSIVO PERMANENTE

Exercício de 2021

Dezembro(31/12/2021)

1 of 1

ISOLADO:7 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE		0,00	80.805,85				
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO		0,00	80.805,85				
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO		0,00	80.805,85				
CRÉDITOS A RECEBER DE ENTIDADES ESTADUAIS, DISTRITAIS E MUN		0,00	80.805,85				
ATIVO NÃO CIRCULANTE		148.157,02	116.128,31				
IMOBILIZADO		148.157,02	116.128,31				
BENS MÓVEIS		221.694,75	189.666,04				
BENS DE INFORMÁTICA		64.207,81	38.512,00				
MÓVEIS E UTENSÍLIOS		41.542,54	38.019,54				
MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO		3.602,00	1.552,00				
VEÍCULOS		81.000,00	81.000,00				
DEMAIS BENS MÓVEIS		6.339,00	6.339,00				
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS		25.003,40	24.243,50				
(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS		-73.537,73	-73.537,73				
(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS		-73.537,73	-73.537,73				
TOTAL		148.157,02	196.934,16				

 MARIA MADALENA LEITE PATRIOTA
 SEC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 CPF.: 310.557.704-10

 JOSE JOSIVALDO RUFINO DA SILVA
 CRC-PE: 021.866/O-8
 CPF.: 024.410.444-19

Documento Assinado Digitalmente por: ALESSANDRO PALMEIRA DE VASCONCELOS LEITE, JOSE JOSIVALDO RUFINO DA SILVA
 Acesso em: https://eice.ce.gov.br/epp/validarDoc.seam Código do documento: 0c8b1f73-aad8-46bc-8428-99185e65cc4e



FMAS DE AFOGADOS DA INGAZEIRA

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

D) QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro (31/12/2021)

ISOLADO:7 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Exercício de 2021

1 of 1

D) QUADRO DO SUPERAVIT / DEFICIT FINANCEIRO

DESTINAÇÃO DE RECURSOS (Contas 82111XXXX)	Nota	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO	
		ATUAL	EXERC. ANTERIOR
00 RECURSOS ORDINARIOS (ORDINÁRIO)		167.703,64	561.485,37
510 ASSISTÊNCIA SOCIAL-GERAL		167.703,64	561.485,37
TOTAL		167.703,64	561.485,37

MARIA MADALENA LEITE PATRIOTA
SEC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CPF.: 310.557.704-10

JOSE JOSIVALDO RUFINO DA SILVA
CRC-PE: 021.866/O-8
CPF.: 024.410.444-19

Documento Assinado Digitalmente por: ALEANDRO PALMEIRA DE VASCONCELOS LEITE, JOSE JOSIVALDO RUFINO DA SILVA
Acesse em: <https://eic.ice.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 0e8bf73-a8d-46bc-8428-99f85e65cc4e

